

COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS - CEBGAS CNPJ 04.363.670/0001-23						
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)						
	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>		<b>4.921</b>	<b>(3.535)</b>	<b>1.386</b>	-	<b>1.386</b>
Prejuízo do exercício		-	(443)	(443)	-	(443)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>		<b>4.921</b>	<b>(3.978)</b>	<b>943</b>	-	<b>943</b>
Aumento de capital		179	-	179	-	179
Prejuízo do exercício		-	(464)	(464)	-	(464)
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	-	-	-	321	321
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>		<b>5.100</b>	<b>(4.442)</b>	<b>658</b>	<b>321</b>	<b>979</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**  
A Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS ("Companhia") é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000, e tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal. A Companhia também:

- efetuará a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
- poderá exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e
- poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando ao êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

A Companhia entrou em operação em 8 de novembro de 2007, por meio do suprimento de Gás Natural Liquefeito - GNL, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, até a presente data a distribuição de gás natural é a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil, através de transporte rodoviário. Para que sua operação seja similar à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal com a construção de um gasoduto de transporte de gás natural, cujo projeto encontra-se em andamento. Até que esse projeto seja concluído, os acionistas proverão os recursos necessários para a manutenção da operação.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos - CPC, aprovados como normas brasileiras de contabilidade pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**  
**3.1. Instrumentos financeiros**  
**3.1.1. Ativos financeiros**  
Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.  
A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a), (b) e (c) mencionadas.  
**Empréstimos e recebíveis**  
São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento de juros seria imaterial.  
**No caso da Companhia compreende:**  
**Caixa e equivalentes de caixa**  
São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

**Contas a receber**  
As contas a receber de clientes são demonstradas ao valor de realização, conforme nota explicativa nº 5. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.  
**3.1.2. Deterioração de ativos financeiros**  
Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.  
A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.  
**3.1.3. Passivos financeiros**  
Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.  
O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.  
**3.2. Estoques**  
São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização.  
**3.3. Imobilizado**  
É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas a taxas anuais descritas na nota explicativa nº 8. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada em cada exercício e ajustada de forma prospectiva, quando for o caso.  
Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.  
Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.  
**3.4. Diferido**  
De acordo com a Lei nº 11.941/09, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização. Os valores constantes no diferido representam gastos pré-operacionais referentes à manutenção de estrutura administrativa e outros, incorridos até 31 de dezembro de 2008.  
A Companhia está, desde o início das suas operações, amortizando o saldo do diferido em dez anos, pelo método linear.  
**3.5. Intangível**  
Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída pela concessionária como parte do contrato de concessão do serviço público de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo CFC, por meio das Resoluções nº 1.003/10, nº 1.261/09 e nº 1.318/10, que aprovaram, respectivamente, o pronunciamento técnico CPC 04 (R1) - Ativos Intangíveis, a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e a orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão.  
Os direitos de concessão estão avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.  
A Administração da Companhia decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão de acordo com o item 42 da orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão.  
**3.6. Avaliação do valor recuperável dos ativos**  
Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem

que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requerissem o reconhecimento de perdas por redução ao valor de recuperação.

**3.7. Direitos e obrigações**  
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em receitas e despesas financeiras. As obrigações são classificadas em:

**a) Circulante**  
São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.  
**b) Não circulante**  
São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

**3.8. Principais fontes de julgamento e estimativas**  
Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.  
As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, ao seguinte aspecto: perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo, a qual, apesar de refletir o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionada à probabilidade de eventos futuros, pode eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	27	58
Aplicações financeiras	607	192
<b>Total</b>	<b>634</b>	<b>250</b>

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas de 95% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são classificadas pela Administração da Companhia como "Caixa e equivalentes de caixa", por serem consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

**5. CONTAS A RECEBER**

	31/12/2016	31/12/2015
Petrobras Distribuidora S.A.	113	109

A Petrobras Distribuidora S.A. representa o único cliente da Companhia. A Companhia não possui saldo de contas a receber vencido.

**6. ESTOQUES**

	31/12/2016	31/12/2015
Gás natural liquefeito - GNL	9	103

**7. IMPOSTOS A RECUPERAR**

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Retido na Fonte IRRF a compensar	61	51
Total	61	51
Circulante	12	6
Não circulante	49	45
Total	61	51

**02/04**

03/04		COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS - CEBGAS					
		CNPJ 04.363.670/0001-23					
		NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016					
		(Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
<b>8. IMOBILIZADO</b>							
		<b>Maquinas e equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Instalações</b>	<b>Benfeitorias em imóveis de terceiros</b>	<b>Total</b>
Taxa anual de depreciação		10%	10%	20%	10%	10%	
<u>Custo corrigido</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2015		13	64	74	30	18	199
Adições		-	-	6	-	-	6
Saldos em 31 de dezembro de 2016		13	64	80	30	18	205
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2014		(13)	(64)	(64)	(30)	(18)	(191)
Adições		-	-	(4)	-	-	(4)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		(13)	(64)	(70)	(30)	(18)	(195)
Adições		-	-	(5)	-	-	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		(13)	(64)	(75)	(30)	(18)	(200)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2015		-	-	4	-	-	4
Saldos em 31 de dezembro de 2016		-	-	5	-	-	5
<b>9. DIFERIDO</b>							
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Despesas com pessoal	971	971	<b>Capital social</b>				
Remuneração da administração	393	393	O capital subscrito é de R\$5.100 (R\$5.100 em 2015) e o capital integralizado é de R\$5.100 (R\$4.921 em 2015), representado por 180.000 (180.000 em 2015) ações sem valor nominal e não conversíveis de uma espécie em outra, conforme demonstrado a seguir:				
Impostos e taxas	197	197					
Serviços de terceiros	339	339					
Mapeamento e quantificação do mercado de gás	111	111					
Despesas gerais e administrativas	1.134	1.134					
Despesas financeiras	36	36					
Receita financeira	(568)	(568)					
Depreciação	108	108					
Subtotal	2.721	2.721					
Amortização acumulada	(2.402)	(2.140)					
<b>Total</b>	<b>319</b>	<b>581</b>					
			<b>Ações ordinárias</b>				
			<b>Capital Social</b>				
			<b>Quantidade de ações</b>				
			<b>Participação no capital Social %</b>				
			Companhia Energética de Brasília - CEB				51
			Termogás S.A.				28
			Petrobras Gás S.A. - GASPETRO				21
			<b>Total das ações ordinárias</b>				<b>100</b>
			<b>Ações preferenciais</b>				
			Termogás S.A.				63
			Petrobras Gás S.A. - GASPETRO				37
			<b>Total das ações preferenciais</b>				<b>100</b>
			<b>Total</b>				<b>180.000</b>
<b>10. INTANGÍVEL</b>							
	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>31/12/2015</b>			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	154	(27)	127	<b>Capital Social</b>			
Adição	-	(8)	(8)	<b>Subscrito</b>			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	154	(35)	119	<b>Capital Social</b>			
Adição	-	(8)	(8)	<b>Integralizado</b>			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	154	(43)	111	<b>Quantidade de ações</b>			
				<b>Participação no capital Social subscrito %</b>			
				Companhia Energética de Brasília - CEB			51
				Termogás S.A.			28
				Petrobras Gás S.A. - GASPETRO			21
				<b>Total das ações ordinárias</b>			<b>100</b>
				<b>Ações preferenciais</b>			
				Termogás S.A.			63
				Petrobras Gás S.A. - GASPETRO			37
				<b>Total das ações preferenciais</b>			<b>100</b>
				<b>Total</b>			<b>180.000</b>
<b>11. FORNECEDORES</b>							
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2015</b>				
GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda.	187	189	<b>Capital Social</b>				
Outros	13	12	<b>Subscrito</b>				
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>201</b>	<b>Capital Social</b>				
			<b>Integralizado</b>				
			<b>Quantidade de ações</b>				
			<b>Participação no capital Social subscrito %</b>				
			Companhia Energética de Brasília - CEB				51
			Termogás S.A.				28
			Petrobras Gás S.A. - GASPETRO				21
			<b>Total das ações ordinárias</b>				<b>100</b>
			<b>Ações preferenciais</b>				
			Termogás S.A.				63
			Petrobras Gás S.A. - GASPETRO				37
			<b>Total das ações preferenciais</b>				<b>100</b>
			<b>Total</b>				<b>180.000</b>
<b>12. IMPOSTOS A RECOLHER</b>							
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2015</b>				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recolher	37	38	<b>Capital Social</b>				
IRRF a recolher	3	2	<b>Subscrito</b>				
Programa de Integração Social - PIS a recolher	1	1	<b>Capital Social</b>				
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recolher	3	4	<b>Integralizado</b>				
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>45</b>	<b>Quantidade de ações</b>				
			<b>Participação no capital Social subscrito %</b>				
			Companhia Energética de Brasília - CEB				51
			Termogás S.A.				28
			Petrobras Gás S.A. - GASPETRO				21
			<b>Total das ações ordinárias</b>				<b>100</b>
			<b>Ações preferenciais</b>				
			Termogás S.A.				63
			Petrobras Gás S.A. - GASPETRO				37
			<b>Total das ações preferenciais</b>				<b>100</b>
			<b>Total</b>				<b>180.000</b>
<b>14. RECEITA LÍQUIDA</b>							
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2015</b>				
Receita bruta de vendas	4.797	5.421	<b>Capital Social</b>				
PIS sobre vendas	(84)	(90)	<b>Subscrito</b>				
COFINS sobre vendas	(389)	(413)	<b>Capital Social</b>				
ICMS sobre vendas	(645)	(543)	<b>Integralizado</b>				
Total das deduções	(1.118)	(1.046)	<b>Quantidade de ações</b>				
<b>Receita líquida</b>	<b>3.679</b>	<b>4.375</b>	<b>Participação no capital Social subscrito %</b>				
			Companhia Energética de Brasília - CEB				51
			Termogás S.A.				28
			Petrobras Gás S.A. - GASPETRO				21
			<b>Total das ações ordinárias</b>				<b>100</b>
			<b>Ações preferenciais</b>				
			Termogás S.A.				63
			Petrobras Gás S.A. - GASPETRO				37
			<b>Total das ações preferenciais</b>				<b>100</b>
			<b>Total</b>				<b>180.000</b>
<b>15. PARTES RELACIONADAS</b>							
	<b>Transações</b>		<b>Saldos</b>				
	<b>Receita bruta de venda de gás</b>	<b>Compra de gás</b>	<b>Ativo Circulante</b>	<b>Passivo</b>			
			<b>Contas a receber</b>	<b>Circulante Fornecedores</b>			
<u>Partes relacionadas</u>	<b>(a)</b>	<b>(b)</b>	<b>(a)</b>	<b>(b)</b>			
Petrobras Distribuidora S.A.	4.797	-	113	-			
GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda.	-	3.469	-	187			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.797	3.469	113	187			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.421	4.004	109	189			
<b>16. DESPESAS POR NATUREZA</b>							
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2015</b>				
Matéria-prima e materias de consumo	(3.469)	(4.004)	<b>Capital Social</b>				
Depreciação e amortização	(275)	(274)	<b>Subscrito</b>				
Serviços profissionais	(236)	(212)	<b>Capital Social</b>				
Despesa com pessoal	(160)	(157)	<b>Integralizado</b>				
Aluguéis e condomínio	(90)	(86)	<b>Quantidade de ações</b>				
Telefone e energia elétrica	(28)	(26)	<b>Participação no capital Social subscrito %</b>				
Editais e publicações	(26)	(26)	Companhia Energética de Brasília - CEB				51
Outros	104	(69)	Termogás S.A.				28
<b>Total</b>	<b>(4.180)</b>	<b>(4.854)</b>	Petrobras Gás S.A. - GASPETRO				21
Classificado como:							
Custos dos produtos vendidos	(3.469)	(4.004)					
Despesas gerais e administrativas	(689)	(820)					
Remuneração de administradores	(22)	(30)					
<b>Total</b>	<b>(4.180)</b>	<b>(4.854)</b>					
<b>03/04</b>							

04/04		COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS - CEBGAS	
		CNPJ 04.363.670/0001-23	
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)			
<b>17. RESULTADO FINANCEIRO</b>			financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	c) Gestão do risco de liquidez
<u>Receitas financeiras</u>			A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. Devido ao fato de a Companhia ainda não ter iniciado sua operação similar à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a necessidade de caixa está sendo suportada por seus acionistas.
Rendimentos de aplicações financeiras	37	36	d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros
<b>18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>			Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2016 e de
a) Considerações gerais			2015, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.
No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.			e) Derivativos
b) Gestão do risco da taxa de juros			A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.
Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações			<b>19. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>
			A Administração autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 16 de fevereiro de 2017, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.
<b>DIRETORIA</b>		<b>CONTADORA</b>	
<b>ELIAS BRITO JUNIOR</b> Diretor Presidente	<b>ANDRE GUSTAVO LINS DE MACÊDO</b> Diretor Administrativo e Financeiro	<b>JOSÉ ROGERIO DA SILVA SANTOS</b> Diretor Técnico e Comercial	<b>LEURÍDIA ALEIXO DA SILVA</b> CRC 018356/02-PE
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>			
<b>Ari Joaquim da Silva</b>	<b>Domingos José de Oliveira</b>	<b>José Carlos de Salles Garcez</b>	<b>Raphael Ehlers dos Santos</b>
			<b>Thiago Cavalcante Santos</b>
<b>CONSELHO FISCAL</b>			
<b>Otto Marques de Faria Ribeiro</b>	<b>Fabio Moreira Amorim</b>	<b>Edmond Fernando Santiago</b>	
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>			
O Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2016, onde é apresentado o valor total do Ativo e Passivo de R\$ 1.252 mil (um milhão	duzentos e cinquenta e dois mil reais) e Prejuízo do Exercício de R\$ 464 mil (quatrocentos e sessenta e quatro mil reais). Constatou-se que, considerando-se os aspectos relevantes, estes documentos estão em conformidade com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, não tendo sido apurada nenhuma irregularidade em relação ao desempenho das atribuições dos administradores ou perante os cofres da Companhia. Com base nos exames efetuados e à vista da opinião favorável da <i>Deloitte Brasil</i> Auditores Independentes Ltda, datado de 16 de fevereiro de 2017, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação	das matérias a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da CEBGAS.	
		Brasília, 15 de março de 2017.	
		<b>Edmond Fernando Santiago</b>	<b>Otto Marques de Faria Ribeiro</b>
		<b>Fabio Moreira Amorim</b>	
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>			
Aos Acionistas e Diretores da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS	<b>Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras</b>	nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.	
<b>Opinião</b>	A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.	• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.	
Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.	Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração de demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.	• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.	
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.	Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.	• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.	
<b>Base para opinião</b>	<b>Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</b>	• Comunicamos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.	
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.	Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.	• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.	
<b>Ênfase</b>	Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:	Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.	
Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que, atualmente, a operação da Companhia é limitada. Para que sua operação seja similar à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal com a construção de um gasoduto de transporte de gás natural, cujo projeto encontra-se em andamento. Até que esse projeto seja concluído, os acionistas proverão os recursos necessários para a manutenção da operação.	• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar	Salvador, 16 de fevereiro de 2017	
		<b>DELOITTE BRASIL Auditores Independentes Ltda</b>	
		<b>Ruti Amaral Ramos Bomfim</b> Contadora CRC – IRJ nº 048.044/0-8	